

■ Operaísmo e pós-operaísmo³¹

.....Sandro Mezzadra

O “operaísmo”, também conhecido por “marxismo autonomista”, é uma corrente política e teórica do pensamento marxista que surgiu na Itália no começo dos anos 1960. Trata-se de uma leitura original de Marx, no contexto das lutas radicais dos trabalhadores ocorridas no país durante toda a década, e que levaram à invenção de novos conceitos teóricos (tais como: “composição técnica de classe”, “composição política de classe”, “operário massa”, “recusa ao trabalho”) e uma nova metodologia política (a copesquisa, ou investigação militante). Na Itália, o desenvolvimento do operaísmo influenciou profundamente uma cultura política e movimentos sociais nos anos 1960 e 1970. As teorias do operaísmo italiano revolucionário que, desde 1960, moldaram experiências políticas como o *Potere operaio* e os movimentos multifacetados da *Autonomia operaia*, circularam largamente também fora da Itália. Por exemplo, na Alemanha, através de revistas como *Autonomie* e o trabalho de Karl Heinz Roth; na França, através de revistas como *Matériaux pour l'intervention*, *Camarades* e o trabalho de Yann Moulier Boutang; e nos EUA, através de uma revista como *Zerowork* e o trabalho de Harry Cleaver. Depois das ondas repressivas que, começando em 7 de abril de 1979, levaram à prisão centenas de militantes e intelectuais do movimento autonomista na Itália, forçando muitos outros ao exílio (principalmente na França); o começo dos anos 1990 marcou uma nova temporada política e teórica, com o nascimento do que atualmente é referido como “pós-operaísmo”. A chave para esta nova temporada tem sido conceitos como “general intellect” (intelecto geral de massa), “trabalho imaterial”, “capitalismo cognitivo”, “autonomia da migração” e “multi-idão”. *Império* (2000), por Hardt e Negri, contribuiu vastamente na disseminação global desses conceitos nos movimentos sociais, nas discussões marxistas e pós-marxistas, bem como nos estudos culturais e pós-coloniais.

Uma nova era na luta de classe está começando. Os trabalhadores a impuseram aos capitalistas, através da violência objetiva de sua força organizada nas fábricas. O poder do capital parece estável e sólido, e o balanço de forças parece pesar contra os trabalhadores. E ainda, precisamente, nos pontos onde o poder

31 Tradução de *Italy, operaism and post-operaism*. *Verbete* publicado na *International encyclopedia of revolution and protest*. Oxford: Blackwell, 2009. Tradução por Bruno Cava.

do capital parece mais dominante, podemos ver como está profundamente penetrado pela ameaça da classe trabalhadora.

Estas são as sentenças de abertura de *Lênin na Inglaterra*, de Mario Tronti, escrito em 1964, como editorial para o primeiro número do jornal *Classe operaria*, republicado em 1966 no livro *Operários e capital*, um livro que viria a tornar-se a bíblia da primeira onda do pensamento operaísta (TRONTI, 1971, p. 89). O artigo citado de Tronti é particularmente importante na história e formação do operaísmo: as primeiras sentenças claramente indicam um dos mais polêmicos fronts da corrente de pensamento político: o ataque frontal contra todas as teorias de integração da classe trabalhadora, que estavam amplamente circulando nos anos 1960, tanto nas ciências sociais *mainstream*, como no discurso público, mas também em algumas variedades do marxismo “terceiromundista”. À polêmica, no mesmo artigo, Tronti adicionou a formulação de um princípio metodológico (frequentemente referido como um tipo de “revolução copernicana”) que, apesar de todas as diferenças, tornou-se crucial para todas as teorias do operaísmo e pós-operaísmo: é a ideia de que seja necessário inverter a relação clássica entre o desenvolvimento capitalista e a luta dos trabalhadores, para identificar nas lutas dos trabalhadores um elemento dinâmico real (o verdadeiro “movente”) do desenvolvimento capitalista, afirmando a subordinação dos últimos às lutas dos trabalhadores.

Como jornal, *Classe operaia* (1964-67) surgiu da bipartição no interior da experiência de edição de um jornal militante, os *Quaderni rossi* (Cadernos Vermelhos), que tinham sido fundados em 1961, em Turim, por Raniero Panzieri, um intelectual proeminente e líder de esquerda do Partido Socialista Italiano (PSI). Crítico da nova linha do partido, que lançava as bases para as experiências seguintes dos governos ditos de “centro-esquerda” no país, Panzieri reuniu um grupo de jovens intelectuais, trabalhadores e funcionários técnicos, começando uma investigação sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, em Turim e ao redor. O jornal *Quaderni rossi* (Cadernos vermelhos) nasceu da conexão de grupos semelhantes, baseados em outras regiões do Norte da Itália, com intelectuais como Antonio Negri e Mario Tronti (o último ligado ao PSI de Pádua, o outro ao Partido Comunista em Roma) e pesquisadores militantes como Romano Alquati e Guido Bianchini. Em muitos sentidos, o trabalho feito pelos *Quaderni rossi* viria a ser considerado a origem do operaísmo, embora também seja correto frisar a divisão do grupo (e o nascimento da *Classe operaia*), como o verdadeiro momento de emergência de um operaísmo político.

Os *Quaderni rossi*, que originalmente mantinham uma forte relação com a esquerda e os sindicatos, produziu uma ruptura real com a cultura política he-

gemônica da esquerda da época, então profundamente moldada pela leitura de Gramsci proposta pelos intelectuais do PCI nos anos 1950 e pela linha política estabelecida por Palmiro Togliatti, desde o fim da guerra. Embora hoje pareça paradoxal, a ruptura produzida pelos *Quaderni rossi* foi ambivalente, e basicamente consistiu numa dupla redescoberta: a redescoberta de Marx (a primeira tradução ao italiano do fragmento de Marx incluído nos *Grundrisse*: o famoso “Fragmento sobre as máquinas” foi publicado na quarta edição dos *Quaderni rossi*) e a redescoberta da fábrica. Depois da derrota histórica da esquerda em Fiat em 1953, a fábrica tinha passado a ser concebida pelas organizações oficiais do movimento do trabalho como um lugar de resistência e formação política de quadros, mas certamente não como o lugar estratégico para uma ofensiva pelos trabalhadores. Durante a predominância de uma leitura “historicista” de Marx, a política de alianças tinha sido reconhecida como a tarefa principal das políticas socialistas e comunistas.

Quaderni rossi buscaram uma saída para a crise interna e internacional do movimento do trabalho, na segunda metade dos anos 1950, enfatizando a nova qualidade da luta e composição de classe, nas novas condições determinadas pela onda de industrialização de massa, que radicalmente transformou a paisagem social, econômica e cultural da Itália, entre o fim dos anos 1950 e o começo dos 1960. O jornal começou produzindo uma cartografia acurada das condições e lutas dos trabalhadores, ressaltando a importância de comportamentos aparentemente “apolíticos” dos trabalhadores, como o absentismo e pequenos (e mesmo individuais) gestos de sabotagem. Foram iniciados trabalhos de copesquisa em muitas fábricas, diretamente envolvendo os trabalhadores na produção de conhecimento, com base em suas condições de vida e trabalho, e vivendo a produção e transformação do conhecimento como condição para a luta. De certo modo, é possível dizer que os *Quaderni rossi* exerceram um papel-chave no estabelecimento da sociologia industrial e do trabalho na Itália, quando a cultura predominantemente historicista da esquerda era basicamente hostil à sociologia enquanto tal. Em paralelo, uma nova leitura de Marx (especialmente dos capítulos sobre a “jornada de trabalho” e sobre a “maquinaria da indústria moderna”, no *Capital*, Livro 1) começou a abrir a própria categoria do capital para o reconhecimento de sua natureza como relação social, como síntese provisória de uma tensão (e de uma luta), que permanece estruturalmente aberta.

Classe operaia tentou interpretar a radicalização das lutas dos trabalhadores, que apareceram pelo menos desde 1962, quando um levante selvagem em Turim (o levante da Praça Statuto), trouxe à cena o comportamento de novos tra-

balhadores sem qualificação e jovens, a maioria migrantes do sul do país, cujo recrutamento tinha transformado radicalmente a composição da classe trabalhadora nas fábricas do norte da Itália (e antes de tudo, nas fábricas da Fiat em Turim). O novo jornal se apresentou como um “novo estilo de experimentação política”: além de intelectuais como Mario Tronti, Antonio Negri e Sergio Bologna, *Classe operaia* foi produzido por uma vasta rede de grupos de trabalhadores autônomos, baseados em várias fábricas no norte do país (com o polo emergente químico de Porto Marghera, perto de Veneza, cada vez mais exercendo um papel importante). Crucial à divisão em relação aos *Quaderni rossi* foi a ideia que a situação italiana se tornara abundantemente propícia para experimentos políticos de organização de trabalhadores autônomos (“1905 na Itália” era o título de outro editorial escrito por Tronti). Mas, ao mesmo tempo, *Classe operaia* era também o laboratório teórico em que as principais categorias e a metodologia da primeira onda do operáismo foram definidas. O conceito de “composição técnica de classe” foi esculpido a partir de uma espécie de “lado avesso” do que Marx havia chamado de “composição orgânica do capital”. A este conceito, foi adicionado o de “composição política de classe”, de modo a considerar também os comportamentos subjetivos, as necessidades, as tradições de luta, como parte da definição de classe. Enquanto a análise do novo papel consignado ao estado pelo keynesianismo levou ao conceito de “plano do capital” (que depois foi desenvolvido por Negri, no começo dos 1970, no conceito de “estado-plano”), no capítulo teórico mais engajado de seu *Operários e capital* (“Marx, força-lavoro, classe operaia”), Tronti postula que a relação entre trabalho e capital é sempre dupla, é diretamente incorporado como mercadoria (como “força-trabalho”), mas também separado desta lógica como uma forma de subjetividade política (como “classe trabalhadora”).

Remetendo a uma leitura dos *Grundrisse* de Marx, Tronti (1971, p. 211) elaborou a ideia do “trabalho como subjetividade”, trabalho contra capital, trabalho como não-capital. Esta ideia implicou uma ênfase radical na parcialidade da subjetividade da classe trabalhadora. Por um lado, Tronti sublinhou o fato que somente do ponto de vista unilateral deste sujeito parcial, seria possível produzir um conhecimento da “totalidade” do capitalismo. Por outro lado, ele desenvolveu inteiramente as consequências políticas da opção teórica, estabelecendo o interesse (e a “força explosiva”) da classe trabalhadora em colocar-se contra conceitos integracionistas como o “povo” e a própria “soberania popular”, que tinham sido a chave para a teoria da “democracia progressiva” do Partido Comunista sob a liderança de Togliatti (cf TRONTI 1971, p. 79). A copesquisa sobre as novas condições técnicas do trabalho nas fábricas “fordistas” levou o grupo da *Classe operária* a identificar a nova

composição da classe trabalhadora no “operário massa”: a falta de identificação do trabalhador sem qualificação no conteúdo do trabalho, longe de ser descrito em termos de “alienação”, era considerado pelos operaístas italianos como a raiz da recusa ao trabalho e lutas políticas por um salário independente do trabalho produtivo.

O movimento dos estudantes de 1968 e o “Outono Quente” dos trabalhadores de 1969 conduziram a uma nova divisão no operaísmo italiano. Mario Tronti e outros decidiram continuar sua atividade política e intelectual no PCI, uma vez que estavam convencidos que as lutas dos trabalhadores estruturalmente precisavam de um “suplemento” apolítico, de maneira a multiplicar e consolidar a sua força (uma posição que depois foi elaborada por Mario Tronti na sua teoria da “autonomia do político”). Antonio Negri e outros, por outro lado, estavam convencidos que o nível de poder autônomo exprimido pelos trabalhadores no “Outono Quente” punha diretamente o problema da ruptura revolucionária. A organização *Potere operaio* foi fundada sobre esta avaliação e se manteve ativa até 1973. Embora a história da organização ter sido perpassada por muitos contrastes a respeito da melhor “linha do partido” (com posições oscilando desde uma ênfase na autonomia dos trabalhadores e violência, até a redescoberta das políticas leninistas insurrecionais), o jornal foi um ponto de referência importante para as experiências mais radicais dos trabalhadores na Itália.

Tanto a nova dimensão das lutas dos trabalhadores (simbolicamente representadas pela ocupação da fábrica da Fiat em Mirafiori, em março de 1973) e o alastramento de novos movimentos sociais desde o fim dos anos 1960, levou a maioria do *Potere operaio* a propor o fim da experiência do grupo, e sua confluência num movimento mais amplo da “autonomia operaia”.

A composição do movimento da *Autonomia* era radicalmente heterogênea, tanto de um ponto de vista político quanto social: apesar de a proposta de “autonomia dos trabalhadores” ter surgido de algumas grandes fábricas no norte e de comitês de trabalhadores em Roma, o movimento gradativamente registrou e exprimiu a militância política de novos setores proletários, especialmente nas periferias de áreas metropolitanas; os slogans e a linguagem do operaísmo foram rearticulados para a nova situação, eles se hibridaram, por um lado, com as tradições políticas mais antigas (como, por exemplo, dos conselhos de trabalhadores) e, por outro lado, com as novas e emergentes experiências do feminismo, ambientalismo e contracultura. A ênfase na organização de um “contrapoder” e o espalhamento da violência proletária contra o estado e o capital (que era decisiva para alguns componentes do movimento) foram acompanhados pela ênfase na criatividade, micropolítica e a redescoberta do “situacionismo” (que a seu passo

era decisiva para outros). O levante de 1977 na Itália (particularmente, em Bolonha e Roma) foi o momento culminante do crescimento do movimento autônomo: de certa forma, pode ser retrospectivamente considerado como o surgimento embrionário de uma nova composição social do trabalho, como o anúncio de muitos dos temas que estavam em jogo no desenvolvimento do pós-operaísmo nos anos recentes. 1977 foi também o ano moldado pelo confronto dramático entre o movimento autônomo e o PCI: desde aquele ano, numa situação progressivamente caracterizada pelas ações militares das *Brigadas vermelhas* e outras organizações de esquerda de luta armada, o Partido Comunista Italiano exerceu um papel-chave na criminalização do movimento autônomo e na organização da repressão contra seus intelectuais e militantes.

Desde um ponto de vista teórico, o desenvolvimento do operaísmo italiano revolucionário na década de 1970 esteve inteiramente enredado com a história das lutas políticas e sociais, brevemente rascunhadas acima. Um primeiro elemento que pode ser identificado na tentativa de reconstruir a dimensão internacional do ciclo de lutas do operário-massa. Esta tentativa levou a um estudo intenso sobre a história das lutas de classe nos EUA, particularmente concentrada no *Industrial Workers of the World (IWW)* e experiências como *Facing reality*, nos anos 1950, bem como uma investigação das lutas dos trabalhadores nos anos 1960 e começo dos 1970, na Europa Ocidental. *Operai Stato*, um livro coletivo publicado em 1972, e que pode ser considerado uma jogada importante nessa direção, introduz um segundo elemento teórico importante, que é o papel e a forma mutante do estado no capitalismo. Particularmente importante a respeito, tem sido o trabalho de Antonio Negri e Luciano Ferrari Bravo: a definição do “estado-plano”, como já citado, conceito esculpido e embasado em dois ensaios reunidos em *Operai e stato* – um dedicado a Keynes por Negri, e outro dedicado ao *New Deal* nos EUA, por Ferrari Bravo. Nos anos seguintes, as lutas do operário massa foram reconhecidas como elemento crucial para causar a crise do “estado plano”: enquanto politicamente os operaístas dentro do movimento autônomo pensaram que era necessário e possível aprofundar a desarticulação da própria forma do estado, mediante uma mistura de sabotagem e lutas pelo “salário indireto”(quer dizer, o aumento da despesa pública do estado); a análise da crise do “estado plano” levou à introdução do conceito de “estado crise”, que antecipou muitos debates sobre a crise do estado de bem estar social.

Um terceiro elemento teórico crucial, nos anos 1970, foi a copesquisa sobre formas incipientes de reestruturação capitalista, como uma resposta às lutas do operário-massa. Pelo menos desde 1973, muitas investigações coletivas e aná-

lises ressaltaram o fato de o capital, ele próprio, ser compelido pela intensidade das lutas a inventar novas formas de produção e novas modalidades de enredamento entre produção, circulação e reprodução, de maneira reativa às lutas. O conceito de “fábrica difusa” buscou captar as formas neocapitalistas emergentes, enquanto o conceito de “operário social” foi proposto de maneira a identificar a composição de classe que poderia antecipar, politicamente, a tentativa de reestruturação do capital, e reafirmar o comando sobre toda a sociedade.

O que é presentemente referido como “pós-operáismo” apareceu no começo dos anos 1990. Enquanto, na Itália, um novo movimento estudantil (1990, 1991) e a consolidação do movimento dos centros sociais abriram novas possibilidades para a ação política radical e o pensamento, dois jornais foram lançados para contribuir com um exame crítico e renovação do legado do operáismo. O primeiro, *Luogo comune* (Lugar comum), começou em Roma com Paolo Virno e outros; o segundo, *Futur Antérieur* (Futuro anterior), começou em Paris com Antonio Negri, outros expatriados políticos italianos e intelectuais franceses, como Jean-Marie Vincent. Esses dois jornais começaram um debate sobre o “pós-fordismo”, que tentou ler a contrapelo muitos dos personagens e a própria retórica da nova organização “flexível” do capitalismo.

Nos anos seguintes, uma nova leitura do conceito de Marx de *general intellect* foi proposta, de modo a realçar o papel do conhecimento e da linguagem exatamente na composição do trabalho, dominada e explorada pelo capital; uma discussão vividamente concentrada no conceito do “trabalho imaterial”; na ênfase na mobilidade do trabalho, que levou alguns teóricos “pós-operáistas” a propor a teoria da “autonomia da migração”; e no conceito de “multidão”, originalmente trabalhado por Antonio Negri na sua apreensão de Spinoza. Esses temas foram sucessivamente reelaborados para captar a heterogeneidade “técnica” da composição do trabalho e, a partir daí, propor uma forma de organização política além da tradição do movimento do trabalho.

Desde 1999, conceitos e teorias pós-operáistas foram profundamente influenciados pela discussão dentro do movimento alterglobalização: eles foram agudamente criticados por alguns ativistas e intelectuais de esquerda, ao turno que outros deles se apropriaram com entusiasmo. Com a publicação de *Império*, por Hardt e Negri (2000), o operáismo e o pós-operáismo se tornaram “teorias viajantes”, parte da discussão crítica global em movimentos sociais e na produção do conhecimento, tanto dentro quanto fora da academia.

■·····**Sandro Mezzadra** é professor de filosofia política na Universidade de Bolonha, autor de vários livros, em português, com Andrea Fumagalli, lançou *A crise da economia global* (Record, 2010), e participa do coletivo EuroNômade (<http://www.euronomade.org>).

Tradutor:

■·····**Bruno Cava** é blogueiro e pesquisador participante da Universidade Nômade.

Referências:

- ALQUATI, R. (1975), *Sulla Fiat e altri scritti*, Milano: Feltrinelli.
- BIRKNER, M.; FOLTIN, R. (2006), *(Post-)Operaismus. Von der Arbeiterautonomie zur Multitude*. Geschichte und Gegenwart, Theorie und Praxis. Eine Einführung, Stuttgart: Schmetterling.
- BOLOGNA, S. et al (1972), *Operai e stato. Lotte operaie e riforme capitalistiche tra Rivoluzione d'Ottobre e New Deal*, Milano: Feltrinelli.
- BORIO, G.; POZZI, F.; ROGGERO, L. (Orgs.) (2005), *Gli operai*, Roma: DeriveApprodi.
- FERRARI BRAVO, L. (2001) *Dal fordismo alla globalizzazione*, Roma: Manifestolibri.
- HARDT, M.; NEGRI, A. (2000), *Empire*, Cambridge, MA: Harvard University Press. Edição brasileira: *Império*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARDT, M.; VIRNO, P. (Orgs.) (2006), *Radical Thought in Italy: A Potential Politics*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- LOTHRINGER, S.; MARAZZI, C. (Org.) (2007), *Autonomia: Post-political Politics*, Cambridge, MA – London: Semiotext(e).
- MILANI, F.; TRATTA, G. (Orgs.) (2008) *L'operaismo degli anni Sessanta. Dai «Quaderni rossi» a «Classe operaia»*, Roma: DeriveApprodi.
- NEGRI, Antonio. (2007), *Dall'operaio massa all'operaio sociale. Intervistasull'operaismo*, Verona: ombre corte (1a ed. 1979).
- WRIGHT, R. (2002), *Storming Heaven. Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*, London: Pluto Press.
- TRONTI, Mario (1971), *Operai e capitale*, Torino: Einaudi (2nd enlarged ed., 1a ed.1966).
- VIRNO, Paolo (2004), *A Grammar of the Multitude*, Cambridge, MA – London: Semiotext(e).